

AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM NA DOCÊNCIA DO ENSINO SUPERIOR: UMA REFLEXÃO NECESSÁRIA

Bruno Roger Silva *

Katiúscia Sardinha da Costa **

Orientadora: Prof^a Ms Joicy Mara Rezende Rolindo***

RESUMO

A avaliação é de suma importância no ensino aprendizagem. A partir desse aspecto, este artigo levantou considerações acerca da aplicação da avaliação nas salas de aula do Ensino Superior. Objetivou-se investigar qual a importância e as considerações relevantes acerca da avaliação na docência do Ensino Superior, e, além disso, identificar as melhores formas de se avaliar o aluno, bem como demonstrar as funções da avaliação. A metodologia utilizada foi pesquisa bibliográfica de caráter qualitativo e exploratório, a fim de analisar várias informações sobre o tema cujo referencial teórico foi coletado em livros da área de Educação. Percebeu-se que a avaliação ainda é vista como um meio de exclusão e punição do aluno. Valorizam-se os procedimentos formais e não o processo de incentivo à melhoria do ensino e da aprendizagem.

Palavras-chave: Avaliação. Docência. Ensino Superior.

ABSTRACT

The assessment is of paramount importance in teaching and learning. From this aspect, this article raised considerations about the implementation of assessment in classrooms of higher education. This study aimed to investigate the significance and relevant considerations regarding the evaluation of teaching in Higher Education, and also identify the best ways to evaluate a student, and demonstrate the functions of evaluation. The literature search methodology was qualitative and exploratory in order to analyze various information about the theoretical issue which was collected in the field of education books. It was felt that the assessment is still seen as a

* Graduado em Letras, pós-graduando em Docência Universitária pela Faculdade Católica de Anápolis, abril de 2012. *E-mail:* lcbrunorsilva@hotmail.com

** Graduada em Administração de Empresas, pós-graduanda em Docência Universitária e em Gestão de Pessoas pela Faculdade Católica de Anápolis, abril de 2012. *E-mail:* katiuscia100@hotmail.com

*** Professora Mestre, orientadora de Trabalho de Conclusão de Curso da Faculdade Católica de Anápolis. *E-mail:* joicy.rolindo@uol.com.br

means of exclusion and punishment of the student. Value to the formal procedures and not the process of encouraging the improvement of teaching and learning.

Keywords: Evaluation. Teaching. Higher Education.

INTRODUÇÃO

A avaliação é de suma importância no acompanhamento da aprendizagem e do autodesenvolvimento dos alunos em uma instituição de ensino. Ela ocorre para auxiliar o discente a aprender e para auxiliá-lo a reconhecer o que não aprendeu, para que se providenciem os métodos necessários para a continuidade dos estudos. A avaliação é vista sob vários aspectos como uma grande aliada do docente e do discente, pois promove a aprendizagem e deve ser baseada na parceria, na seriedade e no respeito mútuo.

Para que se formem grandes cidadãos no atual mercado globalizado de trabalho, é necessário utilizar os melhores meios para fazer com que a avaliação encoraje os alunos, já que quando má preparada, ela pode desencorajá-los nos estudos, desmotivá-los ou até mesmo levá-los ao fracasso.

Portanto, justifica-se o aprimoramento dos conhecimentos do professor quanto à avaliação da aprendizagem, de forma a querer transmitir da melhor maneira o conteúdo proposto, pois enquanto se avalia se aprende e enquanto se aprende se avalia. O tipo de avaliação merece grande reflexão, pois avaliações eficazes e bem elaboradas podem revelar grandes potenciais nos alunos, revelar conceitos e transformar valores. Uma avaliação conduzida de forma incorreta pode trazer prejuízos para o aluno, a escola, a família e a sociedade.

Não será aceito um professor que preza somente por conteúdos, preocupado somente com exames e notas, mas sim um professor humano, justo, ético, solidário, que se preocupe com a aprendizagem de seus alunos.

Essa prática demonstra que a sistemática da avaliação encontra-se adoecida, o que gera a perda da vontade de aprender e a perda da vontade de estar na universidade, além de um uso desestimulante da inteligência dos alunos. Isso conduz à seguinte questão: qual a real importância da avaliação e qual a melhor forma de se avaliar?

A avaliação no ensino superior deverá superar o conteudismo, o autoritarismo e a punição, estabelecendo uma nova perspectiva para o processo de aprendizagem, levando o aluno à participação na sociedade de forma democrática. Para que isso ocorra é importante que o aluno sinta-se respeitado dentro da instituição de ensino, esteja inserido em um ambiente de igualdade e eficientes intervenções pedagógicas.

Em sua metodologia, o presente artigo é uma pesquisa bibliográfica cujo referencial teórico foi coletado em livros da área de Educação, contando com conceitos de autores como Barros (1996), Bradfield e Moredock (1963), Luckesi (1998), Moretto (2002), Pimenta (2002), Sobrinho (2002), Sant'Anna (1995) entre outros. Quanto aos fins, o artigo possui caráter explicativo, por ter como principal objetivo tornar as ações estudadas em dados de fácil compreensão, justificando e explicando os seus principais motivos. O artigo se organiza em três partes: Avaliação e suas concepções, Modalidades de avaliação, Avaliação vista como um ato amoroso e Avaliação Qualitativa. Além disso, objetivou-se investigar qual a importância e as considerações relevantes acerca da avaliação na docência do Ensino Superior, e identificar as melhores formas de se avaliar um aluno, bem como demonstrar as funções da avaliação.

1 AVALIAÇÃO E SUAS CONCEPÇÕES

Sarabbi (apud SANT'ANNA, 1995, p.35) afirma que "avaliação é essencialmente um processo centralizado em valores". Coerente com essa concepção, Bradfield e Moredock (1963, p.16) afirmam que "avaliação é o processo de atribuição de símbolos a fenômenos com o objetivo de caracterizar o valor do fenômeno, geralmente com a referência a algum padrão de natureza social, cultural ou científica". Ou seja, avaliação é um processo que consiste em fazer determinações qualitativas, atribuindo-se símbolos aos fenômenos para indicar sua qualidade ou seu valor. De acordo com Sant'Anna (1995) avaliar não implica em desvalorização, mas sim atribuir de forma correta algum valor.

Feltran (2002) afirma que a avaliação dos estudantes nas universidades, está inserida no processo de educação como instrumento de aprendizagem, não buscando somente a certificação, a promoção ou a aprovação dos estudantes, não

obtendo seu foco na medida do desempenho do aluno. A avaliação busca levar o aluno a formar seu próprio processo de aprendizagem, para fazê-lo avançar.

Ainda segundo Feltran (2002) a avaliação é um importante instrumento de aprendizado, pois se apresenta ligada aos objetivos e a missão da universidade, que tem como razão, promover o desenvolvimento humano, deixando de ter somente a função classificatória para ser utilizada como instrumento de ajuda. A avaliação não deve ser vista com intuítos meramente classificatórios e seletivos, e nesse sentido o professor exerce papel de organizador e orientador do aluno, para reconhecer e avaliar corretamente as diversas competências que possam ser apresentadas em sala de aula.

Sant'Anna (1995, p.36) considera a avaliação como importante porque permite "oferecer informações fundamentais para o processo de tomada de decisões e permite melhorar o processo ensino-aprendizagem".

Para Rabello (1998, p.69) avaliar significa "examinar um grau de informações e um conjunto de critérios adequados ao objetivo fixado, na finalidade de se tomar uma decisão".

É notável que:

Para completar o processo avaliativo, há necessidade de tomar decisões sobre o que se constatou na fase de diagnóstico. Os resultados da aprendizagem impõem tomadas de decisão que indiquem rumos mais eficientes para a situação em curso. Avaliar é, assim, um ato de descobrimento do melhor estado para o sujeito avaliado. Nesse contexto, a avaliação de aprendizagem é um processo que visa assistir o estudante no desenvolvimento de suas potencialidades (FELTRAN, 2002, p.79).

Para Néreci (1993) a avaliação é importante por que pode oferecer dados para que se possa saber se o planejamento e a execução do ensino estão tendo aproveitamento satisfatório junto aos alunos e se estão sendo adequados à sua realidade. O autor relata que a avaliação em nível superior tem obrigação de exigências mínimas, a fim de que se forme um profissional eficiente, consciente, responsável e com boa análise crítica. Para ele, a avaliação é uma exigência fundamental do ensino e deve ser levada a sério, seja qual for o regime da universidade.

O sentido ético da avaliação consiste em

auxiliar a universidade a conferir um sentido profundamente humano, portanto social, ao desenvolvimento técnico e econômico. Isso significa

assegurar prioridade à ética e à política sobre a técnica e sobre a esfera econômica a que em grande parte a técnica visa servir. É, portanto, imprescindível que a comunidade acadêmica recupere o caráter educativo e público da avaliação e a exercite como prática de reflexão sobre a qualidade científica e social de seus processos e produtos. Sua intencionalidade deve ser educativa. Então, não pode se realizar meramente como controle, tampouco deve operar com a lógica do prêmio e do castigo ou do vigiar e punir. Sua intencionalidade, seu sentido hegemônico, ou seja, a direção intencionalmente assumida é a busca da construção e da consolidação da melhoria das funções fundamentais da instituição educativa, que passa pela elevação da consciência política e pedagógica dos atores institucionais e pelo aumento da profissionalização docente (SOBRINHO, 2002, p.29).

Mizukami (1986, apud SOUSA, 1993) explica que neste contexto, a avaliação da aprendizagem buscará ir além da simples aplicação de provas e exames, e procurarão avaliar o rendimento por meio de reprodução livre, com expressões próprias, explicações práticas, causais, simulações etc.

Em geral, estes autores retratam que a avaliação deve ser feita a fim de evidenciar a potencialidade do aluno, além de ampliar o nível de reflexão crítica dos alunos que ingressaram no meio universitário.

Sant'Anna (1995) afirma que o professor deve organizar as avaliações de forma significativa executando o construtivismo, ou seja, promovendo o contato do aluno com a realidade. A avaliação consistirá em estabelecer uma comparação do que se pretende atingir, com o que foi alcançado. O professor então deverá ter em vista o desenvolvimento integral do aluno.

O construtivismo citado acima é considerado uma forma de reestruturar a educação na qual o conhecimento da pessoa é construído por si mesmo e não transmitido por alguém. Trata-se principalmente, de estimular o desenvolvimento da mente, pois isso contribuirá para que aprenda com menos dificuldade. Além disso, um bom desenvolvimento intelectual contribui para que compreenda melhor o mundo em que vive e se torne mais livre. Compreendendo esse fato e sabendo qual seu papel no mundo, a pessoa poderá fazer suas próprias escolhas e decisões (BARROS, 1996).

Conforme os estudos de Moretto (2002), a avaliação da aprendizagem é um processo difícil para muitos professores, já que muitos não conseguem transformá-la num processo que não seja somente de cobrança de conteúdos aprendidos. Alguns professores transmitem a avaliação de forma mecânica e sem muito significado para o aluno e sentem certa angústia por ter que utilizar um instrumento de tamanha valia como recurso de repressão, acreditando que desse modo a aula possa ser levada

mais a sério, com um grau maior de interesse. Ainda na ótica desse autor, a avaliação representa para os alunos um processo de grande ansiedade. É um momento visto como acerto de contas, momento de pressão ou tortura. Enquanto não se tem prova com data marcada, os alunos encontram motivos para não estudar. É como se o professor dissesse que a matéria dada não irá cair na prova, e nesse aspecto não precisaria estudar.

Sant'Anna (1995) relata que a avaliação só será eficiente se houver interatividade e diálogo entre aluno e professor, caminhando na mesma direção e em busca das mesmas metas. O aluno não deverá ser um indivíduo passivo, e o professor a autoridade suprema. As considerações e opiniões dos próprios alunos deverão também ser anotadas e analisadas pelo professor. Juntos deverão avaliar o sucesso das novas descobertas, e pelos erros encontrarem as melhores alternativas para superá-los.

É possível perceber que a prova é uma demonstração do saber totalmente "forçada" e muitas vezes com caráter de punição, provocando alta tensão que pode originar nos alunos diferentes resultados de acordo com a realidade de cada um, porém pouco provável que seja uma verdadeira demonstração daquilo que o professor deveria realmente preocupar-se em buscar.

Moretto (2002) afirma que para a maioria dos pais, as avaliações que são aplicadas não cumprem seu papel. Se a nota for boa, os pais ficam satisfeitos, pressupondo que a nota representa a aprendizagem correspondente, o que nem sempre é o que acontece. Se a nota foi boa o aluno apresenta a mesma como um troféu, e em grande parte, exigem recompensa.

Esse tipo de registro se revela na preocupação com uma forma de avaliar que não descreva a aprendizagem. Uma preocupação com o professor que esteja muito mais interessado em atender afetivamente seu aluno, mas que possa não estar observando a aprendizagem propriamente dita.

A partir desses conceitos é possível perceber que a relação professor-aluno é identificada como forma de dominação, de autoritarismo do professor e de submissão do aluno, atrapalhando na formação para a cidadania.

Sant'Anna (1995) detecta que as melhores razões que justificam a inclusão da avaliação nas instituições de ensino superior se descrevem abaixo:

A melhoria da instrução está condicionada a uma avaliação eficiente e eficaz da organização. - O desenvolvimento pessoal só se concretizará se houver parâmetros que incentivem e motivem o processo de crescimento (SANT'ANNA, 1995, p.14).

O que permite observar que a formação de cidadãos nas instituições de ensino depende do desenvolvimento contínuo incentivados pela própria instituição.

Na ótica de Davis (2002) a avaliação é a finalidade de qualquer ação intencional, pois através dela pode-se perceber se os objetivos e resultados esperados foram satisfatoriamente alcançados.

A finalidade da avaliação é um aspecto de suma importância, já que determina, em grande parte, o tipo de informações consideradas pertinentes para analisar os critérios tomados como pontos de referência e os instrumentos utilizados no cotidiano da atividade avaliativa.

A avaliação deve servir para subsidiar a tomada de decisões em relação à continuidade do trabalho pedagógico, não para decidir quem será excluído do processo (DAVIS, 2002).

De acordo com Sant'Anna (1995) a avaliação deve ser feita tendo como parâmetro o próprio aluno e não suas dimensões em relação ao grupo, pois a avaliação grupal não leva em consideração a individualidade do aluno, que possui competências cognitivas, afetivas, sociais e habilidades próprias.

A avaliação dos resultados de aprendizagem deve ser expressa, por palavras que expressem amor, fé, incentivo, coragem, apoio, e não agressões, grilhões, prisões, que impeçam o aluno de continuar a desenvolver a aprendizagem.

A verificação dos resultados será vista por meio de testes, provas, inquirições, observações, autoavaliações, avaliações cooperativas e *feedback* constantes, para que se possa ter um domínio do conhecimento pretendido. Os resultados devem ser propostos de forma sábia, com respeito e de forma correta, para que aluno e professor possam definir quais pontos a serem melhorados para evidenciar o ensino-aprendizagem.

Ainda segundo a autora, o aluno é o agente de sua aprendizagem. Nenhum professor sabe tudo, e deve ser humilde ao assumir esse fato, estando em busca de conhecimento constante. O professor deve elogiar o aluno que aprendeu e desenvolveu bem o conteúdo e demonstrar interesse por aquele aluno que não

obteve êxito, buscando alternativas para alcançar os resultados propostos. Se o aluno conseguir ver o resultado dos seus esforços haverá progresso e crescimento.

Na docência universitária

o professor universitário precisa atuar como profissional reflexivo, crítico e competente no âmbito de sua disciplina, além de ser capacitado a exercer a docência e realizar atividades de investigação (PIMENTA; ANASTASIOU, 2002, p.165).

Ou seja, o professor deve condicionar os alunos a pensar, refletir sobre vários temas atuais, desenvolver neles a crítica reflexiva, o respeito à sociedade e a busca pela melhoria da mesma. Desse modo supõe-se que se pode diminuir o índice de desaprovações (reprovações) dos discentes.

"A desaprovação constante é responsável pelo fracasso e evasão escolar. Nenhum grande cientista fez suas descobertas sem ter antes fracassado em centenas, talvez milhares de experimentos" (SANT'ANNA, 1995, p.16).

Isso demonstra que por meio dos erros observados através de uma avaliação de qualidade, o aluno do Ensino Superior pode buscar melhorar significativamente em várias disciplinas e garantir melhores resultados em sua aprendizagem.

1.1 FUNÇÕES E OBJETIVOS DA AVALIAÇÃO

Para Lafourcade (1980) a avaliação possui a função de saber que objetivos foram alcançados através do ensino projetado, tentar analisar as causas de deficiências na aquisição dos objetivos propostos, adotar uma decisão relativa às causas que concorreram para o alcance de parte dos objetivos previstos, aprender com a experiência e não praticar os mesmos erros.

Já para Sant'Anna (1995), a avaliação objetiva melhorar a aprendizagem e se constitui por funções gerais e específicas. Nesse processo busca fornecer as bases para o planejamento das aulas, possibilitar a seleção de pessoal (professores, alunos) e ajustar políticas e práticas curriculares. Essas funções permitem a facilitação do diagnóstico, a melhora do controle da aprendizagem e do ensino, o estabelecimento de situações de aprendizagem, a interpretação dos resultados e a promoção ou agrupamento dos alunos por meio de algumas classificações.

No entanto, na ótica de Sousa (1993) a avaliação possui a função de diagnosticar, visando identificar as causas de dificuldades encontradas na avaliação; retroinformar, buscando verificar os resultados alcançados durante a avaliação para replanejar o trabalho com base nas informações obtidas e favorecer o desenvolvimento individual, fator que estimula o crescimento do aluno, para que se conheça melhor e tenha capacidade de autoavaliação.

Segundo Sousa (1993), há uma listagem das diferentes formas de se proceder com a avaliação. Segundo a autora, se destacam os procedimentos de testagem, de autorrelato e de observação. Na testagem é possível colher amostras do comportamento do aluno em uma determinada situação, como testes escritos, orais, provas etc; no autorrelato o aluno dispõe de informações de si mesmo, obtida por entrevista ou questionário; e por meio da observação é possível realizar a captação de informações sobre os alunos, obtidas por pessoas que os observam numa variedade de situações.

Sousa (1993) complementa explanando que a avaliação não cabe somente ao professor, mas a todos os envolvidos no processo de educação, como os próprios alunos, pais e administradores. Além disso, os resultados das avaliações devem ser comunicados de forma compreensiva aos pais dos alunos e se for necessário, comunicado também ao público em geral. Dessa forma o crescimento do aluno torna-se mais amplo e coerente.

Para contribuir com esse crescimento, é de grande valia que os professores entreguem as avaliações depois de corrigidas, nas mãos dos alunos ao invés de pedir que outros o façam, garantindo assim a credibilidade e confiabilidade do aluno.

1.2 CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

De acordo com Demo (1996) dentro do ensino superior é preciso avaliar de tal modo que o avaliado possa se defender:

Os critérios de avaliação, por mais qualitativos que devam ser, precisam ser reformulados de tal modo que sejam de acesso fácil e desimpedido, sobretudo de definição transparente. Não se pode aceitar como critério de avaliação, julgamentos subjetivos impossíveis de serem reconstruídos por outros, sobretudo pelos interessados [...] Mormente a universidade, que faz tudo para privilegiar critérios quantitativos - tempo de serviço, dedicação administrativa, hora/aula etc. - sob alegação de que mérito acadêmico é

algo impraticável como critério avaliativo, revela o quanto está distante e divorciada da qualidade formal (DEMO, 1996, p.37).

A partir desse ponto de vista é possível compreender que é de extrema importância avaliar sobre aquilo que o avaliado faz, reconstrói e apresenta. Nesse caso ele pode se manifestar ou defender-se.

O correto, segundo o autor, no momento da avaliação, é buscar critérios transparentes, éticos, dignos e justos.

Para Sant'Anna:

O critério de avaliação quer o professor utilize questões objetivas ou subjetivas, terá que ser obrigatoriamente um elemento para diagnosticar o rendimento escolar, verificando-se quais os alunos necessitam de ajuda ou atendimento pedagógico específico. Jamais um aluno deve ser comparado com o outro, e sim com seu próprio progresso. As verificações deverão ser constantes e contínuas. Os testes não mais deverão ser utilizados como uma arma contra o aluno, causando-lhe todo tipo de trauma. Deverão ser acima de tudo, um meio para confirmar o progresso do aluno, o alcance dos objetivos estabelecidos (SANT'ANNA, 1995, p.65).

Esse critério demonstra que o fracasso do discente, será o fracasso do docente, que foi incorreto na sua missão. Os critérios deverão ser baseados na validade e eficiência da avaliação.

A autora ainda evidencia sugestões para correção e interpretação das avaliações. Segundo ela, deve-se evitar identificar de quem é a prova; deve-se ler todas as respostas sobre a mesma questão; corrigir uma questão por vez; assinalar os erros de português, sem descontá-los, a não ser que a prova seja de português; fazer um levantamento do grau de aproveitamento da sala; elaborar corretamente as questões sem deixar brechas de ambigüidade ou cobranças indevidas, para evitar respostas sem sentido, criativas ou até mesmo engraçadas, fora do conteúdo; elaborar questões que exijam raciocínio; observar o domínio do aluno, compreensão e segurança quanto à questão; estar atento à presença e participação do aluno em sala de aula, pois o controle da assiduidade é fundamental na avaliação e por fim ser prudente às exigências de correções de provas objetivas e subjetivas.

2 MODALIDADES DE AVALIAÇÃO

Rabelo (1998) caracteriza as avaliações em cinco tipos:

a) Quanto à regularidade - A avaliação pode ser pontual ou contínua. A contínua ocorre regularmente em sala de aula, ocorrendo durante todo processo de ensino. A pontual ocorre ao final de algum trabalho, como por exemplo, uma prova ao final de um período.

b) Quanto ao avaliador - Pode ser interno, quando o professor que ministra o ensino é quem também aplica a avaliação, como, por exemplo, a aplicação de provas em sala de aula referente ao conteúdo ministrado. E pode ser externo, quando alguém de fora do processo direto de ensino aplica a avaliação, como, por exemplo, as provas e avaliações feitas pelo sistema público.

c) Quanto à explicitidade - A avaliação pode ser explícita, quando a situação de avaliação está clara e bem definida para os que vão realizá-la. E pode ser implícita, quando as pessoas que se submetem a avaliação não sabem que estão sendo avaliados.

d) Quanto à comparação - Pode ser normativa, quando compara o rendimento de um aluno com o rendimento alcançado pelo grupo. Tem como exemplo, os esportes, no caso da avaliação dos atletas. E pode ser criterial, quando procura informar sobre o que o aluno sabe ou não sabe, sobre o que pode ou não fazer. Tem-se como exemplo, a grande maioria dos concursos e vestibulares.

e) Quanto à formação - A avaliação pode ser diagnóstica, formativa ou somativa. A diagnóstica é um momento de detectar dificuldades dos alunos em relação a um novo conteúdo abordado para que o professor possa adotar estratégias para solucionar as dificuldades encontradas. A formativa é uma avaliação que contribui para melhorar a aprendizagem, proporcionando confiança e segurança no próprio aluno, com bom diálogo entre professor e aluno, bem fundamentado em dados consistentes. Já a avaliação somativa, é totalmente pontual, pois sua função é dar certificado e titular, ou seja, informa, situa e classifica o aluno.

Já na ótica dos estudos de Sant'Anna (1995) a avaliação classifica-se em três modalidades:

a) Diagnóstica - Tem o objetivo de verificar a presença ou a ausência de habilidades, buscando detectar as causas de repetidas dificuldades que a pessoa tem ao aprender. Nessa modalidade de avaliação a autoavaliação deve estar presente para que o aluno busque seu próprio progresso com consciência tranquila.

Esse diagnóstico é feito por meio de uma sondagem do desenvolvimento do aluno, dando-lhe elementos para verificar o que se aprendeu e como se aprendeu. A partir da avaliação diagnóstica de forma integrada, é possível que alunos e professores reajustem seus planos de ação dentro dos conteúdos de aprendizagem. Vale ressaltar que nesta modalidade o aluno não participa do processo de avaliação. Ele apenas recebe o resultado de sua vitória ou fracasso.

b) **Formativa** - Indica como os alunos estão se modificando em direção aos objetivos. É realizada com a finalidade de informar o professor e o aluno sobre o resultado da aprendizagem, durante o desenvolvimento das atividades realizadas na instituição de ensino. Nessa modalidade, o aluno deve se engajar no processo para conhecer os objetivos propostos, o que se deseja avaliar e a razão porque se avalia, bem como alternativas para ajudar em possíveis insuficiências no processo ensino-aprendizagem. Assim o aluno se desenvolve em análises críticas, reflexivas e construtivas.

c) **Somativa** - Esta modalidade permite classificar os discentes ao final de um determinado período, segundo os níveis de aproveitamento apresentados. Não apenas os objetivos individuais devem servir de base, mas também o rendimento apresentado pelo grupo. A classificação deve ser processada mediante parâmetros individuais e grupais. É vista como um instrumento de controle e avaliação. Segundo Hoffmann (1998) o aluno do ensino superior apresenta sinais, positivos ou negativos de avaliações anteriores e muitas vezes, ainda continua a se deparar com avaliações autoritárias em sala de aula, fato que prejudica o desenvolvimento de uma aprendizagem de qualidade.

Relacionando-se a classificação de Sant'Anna com a de Rabelo, é perceptível que todos os tipos de avaliação contribuem para a avaliação somativa, quando o professor se vale dos recursos empregando ao final da somativa. O professor deve, portanto, traçar bem os objetivos que deseja alcançar a fim de que não invalide os resultados obtidos.

Dentro do contexto do ensino superior, o tipo de avaliação correta deve ser aquela imprescindível à verificação do aprendizado realizado pelo aluno, fornecendo subsídios ao trabalho docente, direcionando o esforço empreendido no processo de ensino e aprendizagem de forma a considerar a melhor abordagem pedagógica e o melhor método didático adequado à disciplina (HOFFMANN, 1998).

3 A AVALIAÇÃO VISTA COMO UM ATO AMOROSO

Luckesi (1998) define a avaliação como um ato amoroso. Segundo o autor, a prática de provas e exames exclui uma parte dos alunos e admite como aceitos, outra parte. Usa-se a denominação de avaliação, mas vê-se constantemente a aplicação de provas, uma vez que a aplicação de exames é compatível com o senso comum exigido pela sociedade burguesa, e por isso mais difícil e rotineira de ser executada. Enquanto a finalidade das provas segue a sociedade burguesa, a finalidade da avaliação a questiona, por isso, torna-se difícil realizar a avaliação de forma eficaz no âmbito educacional, sejam individuais ou coletivamente.

O autor esclarece ainda que a avaliação é um ato amoroso porque deve-se caracterizar como um processo de não julgamento, deixando de lado o hábito de julgar algo como certo ou errado. A avaliação é por si, um ato acolhedor, integrativo e inclusivo. A avaliação como diagnóstico tem como objetivo, a inclusão e não a exclusão ou seleção. A inclusão destina-se ao desenvolvimento.

Para se cumprir de forma amorosa e eficiente o processo de avaliação, o autor especifica que para operacionalizá-la é necessário ter ciência de que por meio da avaliação o aluno manifesta de certa forma, sua intimidade (seu modo de aprender, raciocinar, entender etc.); é preciso articular o instrumento com os conteúdos planejados, ensinados e aprendidos pelos alunos; avaliar todos os conteúdos vistos como essenciais ao aprendizado do aluno, de forma ampla e coerente com seu esforço; usar sempre uma linguagem clara e compreensível para expor o que se deseja pedir, pois ninguém responde uma pergunta caso não compreenda; construir e utilizar instrumentos que auxiliem a aprendizagem dos alunos, uma vez que o instrumento de avaliação deve ser compatível com o ensinado.

4 AVALIAÇÃO QUALITATIVA

Ainda segundo Demo (1996) a avaliação é um processo de sustentação do bom desempenho do aluno. A prova é descartada como relevante critério de avaliação, por que avalia um desempenho precário e suspeito, que é a memorização, e, além disso, não é componente natural do processo educativo.

Tanto para o professor como para o aluno, a prova é vista como um ato de força, barreira a ser superada, com tendência a exclusão, concedendo ou retirando determinada aprovação. Representa uma maneira de avaliar onde o avaliado não pode se defender.

Uma avaliação de qualidade está ligada ao acompanhamento do desenvolvimento do aluno, no sentido de sua evolução constante e progressiva. Assim, quando se fala em avaliação qualitativa, é de suma importância o papel do professor. Está em jogo o compromisso ético e formal de garantir as condições mais favoráveis possíveis para uma boa aprendizagem. E da parte do aluno, a avaliação qualitativa significa crescimento pessoal e profissional, que vai além do desempenho quantitativo - que é avaliação por meio de notas - levando o aluno a se tornar um cidadão crítico, reflexivo e participativo.

Atualmente, na escola brasileira, pública e particular, do ensino básico ao superior, praticam-se exames escolares em vez de avaliação da aprendizagem.

Para Rabelo (1998, p. 75) "um processo de avaliação deve se ocupar tanto com o aspecto técnico-formal quanto com o aspecto político do processo educativo".

Esta afirmação demonstra que o maior objetivo deve ser o desempenho do aluno, devendo aprender da melhor forma possível a reconstruir o que aprende em seu sentido formal, como também deve tornar-se cidadão crítico, participativo e responsável politicamente. De fato,

falar de avaliação qualitativa, é falar do compromisso ético e formal do professor em garantir condições para a melhor aprendizagem possível. Aprender bem não se restringe apenas a bons desempenhos quantitativos, mas implica em qualidade formal e qualidade política. Por isso, se a avaliação se restringir apenas à função de controle, sua finalidade ficará descaracterizada. Passaremos a avaliar para atribuir um resultado e o aluno passará a estudar, apenas para obter uma nota (RABELO, 1998, p.80).

Segundo Saul (apud CHUEIRI, 2008, p.59) a avaliação qualitativa tem outra característica que é o "delineamento flexível que permite um enfoque progressivo, isto é, a avaliação centrada em processos é em si mesma um processo que evolui em virtude de descobertas sucessivas e de transformações do contexto".

Nesse processo de avaliação, não se pode esquecer de que o professor deve se avaliar, refletindo sobre o trabalho que desempenha, verificando seus procedimentos e, quando necessário, reestruturando sua prática, para que o aluno tenha desejo de aprender cada vez mais, depois de ser avaliado.

CONCLUSÃO

Em meio a tantas reflexões sobre avaliação, foi possível perceber que a avaliação é ainda vista como um meio de punição do aluno. Valorizam-se os procedimentos formais e não o processo de incentivo à melhoria do ensino e da aprendizagem. Vale ressaltar que o professor hoje em dia, na sociedade da velocidade, não busca desenvolver a crítica reflexiva, o que demonstra que a idéia que não progride é a idéia do progresso. A capacidade reflexiva do docente deve ser estimulada, para que ele consiga repassar para os alunos a necessidade da reflexão e do pensar. No entanto, a capacidade reflexiva do professor é afetada diante das “indústrias de ensino”, onde o importante é lotar salas com muitos alunos, na finalidade de obter o lucro e não a educação. A universidade transformou-se em numa empresa com suas metas de mercado, tem suas ações na bolsa de valores, procuram ter o maior número possível de alunos e contratar professores com poucas qualificações. Em muitos casos não se preocupam com uma pesquisa de qualidade, com profissionais qualificados, com a formação humana e o nível crítico dos acadêmicos, mas sim, com os lucros.

No Ensino Superior a grande preocupação na avaliação, refere-se às notas, não havendo interpretação das mesmas para indicar recuperações imprescindíveis, melhoria de métodos didáticos e avaliação da própria avaliação.

As formas de avaliação citadas se fazem relevantes nos mais variados momentos em que é realizada, no entanto é importante ressaltar que a avaliação é muito mais do que aplicar testes, provas, levantar medidas, selecionar ou classificar alunos. É preciso lembrar que a avaliação aplicada não serve somente para medir a capacidade de raciocínio do aluno, mas sim realizar uma função de norteadora, demonstrando onde está a deficiência da instituição, do corpo docente e dos procedimentos metodológicos adotados.

Por ser de suma importância no ensino aprendizagem, a avaliação deve possuir caráter qualitativo, e condicionar o discente para um grande futuro profissional. Deve contribuir com a formação de um cidadão crítico-reflexivo, que esteja sempre em busca de melhorias contínuas para si e para a sociedade. A partir das pesquisas bibliográficas feitas, para uma avaliação ser eficaz, fica a sugestão de

considerar a avaliação como um ato de amor, pois assim passa a ter uma função de inclusão, destinando-se ao desenvolvimento do aluno.

REFERÊNCIAS

BARROS, Célia Silva Guimarães. **Psicologia e Construtivismo**. São Paulo: Ática, 1996.

BRADFIELD, James M.; MOREDOCK, Harvey Stewart. **Medidas e Testes em Educação**. São Paulo: Fundo de Cultura S.A., 1963.

CHUEIRI, S. F. **Concepções sobre avaliação escolar**. Estudos em Avaliação Educacional, v.19 n. 39, jan./abril, 2008.

DAVIS, Cláudia. et al. Avaliar a escola é preciso. Mas... que avaliação? In: VIEIRA, Sofia Lerche (org.). **Gestão da escola: Desafios a enfrentar**. Rio de Janeiro: DP&A, 2002. p.113-137.

DEMO, Pedro. **Avaliação sob o olhar propedêutico**. Campinas: Papyrus, 1996.

FELTRAN, Célia de Santis. **Avaliação na Educação Superior: Magistério - Formação e Trabalho Pedagógico**. Campinas: Papyrus, 2002.

HOFFMANN, Jussara Maria Lerch. **Avaliação Mediadora: Uma Prática em Construção da Pré-Escola à Universidade**. Porto Alegre : Mediação, 1998.

LAFOURCADE, Pedro Dionísio. **Planejamento e Avaliação do Ensino: Teoria e prática da avaliação do aprendizado**. Tradução: Maria de Lourdes Potenza Martone. São Paulo: IBRASA, 1980.

LUCKESI, Cipriano Carlos. **Avaliação da aprendizagem escolar: estudos e proposições**. 8. ed. São Paulo: Cortez, 1998.

LUCKESI, Cipriano C. **Avaliação da aprendizagem na escola: reelaborando conceitos e recriando a prática**. Salvador: Malabares Comunicação e Eventos, 2003

MORETTO, Vasco Pedro. **Prova: Um momento privilegiado de estudo - não um acerto de contas**. 2. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

NÉRECI, Imídeo Giuseppe. **Didática do Ensino Superior**. São Paulo: IBRASA, 1993.

PIMENTA, Selma Garrido; ANASTASIOU, Léa das Graças Camargos. **Docência no ensino superior**. São Paulo: Cortez, 2002.

RABELLO, Edmar Henrique. **Avaliação: Novos Tempos, novas práticas**. 6. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1998.

SANT'ANNA, Ilza Martins. **Por que avaliar? Como avaliar?** Critérios e Instrumentos. Rio de Janeiro: Vozes, 1995.

SOBRINHO, José Dias. **Universidade e Avaliação:** Entre a Ética e o Mercado. Florianópolis: Insular, 2002.

SOUSA, Clarilza Prado de. **Avaliação do rendimento escolar:** magistério - formação e trabalho pedagógico. 2. ed. Campinas: Papyrus, 1993.